

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

-----Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas. -----

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ACTAS DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZ (ACTA 02). -----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia 18 de Janeiro de 2010, depois de lida foi posta à votação e aprovada por unanimidade.-----

----- ORDEM DO DIA -----

----- O Presidente da Câmara propôs, nos termos e para os fins do disposto no art. 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO-----

----- 1-DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO (SPA) -----

----- 5 – Expropriação da parcela n.º 47-S (lote 234), situado no concelho de Soure – transferência. -----

----- 6 – Expropriação de duas parcelas no PLIA – informação.-----

----- SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS (SFL)-----

----- 1 – Festival do Arroz – alteração das feiras quinzenais de 24/02 e 10/03 de 2010.-----

----- 2 – Castelo de Montemor-o-Velho – cedência de utilização.-----

----- 3 – Pedido de alargamento de horário de funcionamento – Gargantua Bar. -----

----- II – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----

----- 2. Pareceres emitidos pela Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro e pela Reserva Ecológica Nacional para o processo apresentado por IT – Comércio Internacional, SA – Proc. ° nº 83/2009.-----

----- III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS-----

----- 1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS-----

----- 4. Conservação e Reparação de Estradas e Caminhos Municipais: Freguesias de Montemor-o-Velho, Meãs e Tentúgal-----

----- - Aprovação do Plano de Segurança e Saúde-----

----- IV – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA (DECASF) -----

----- 7 – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco – pagamento de estágios.-----

----- V – DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO (DDJTLT) -----

----- 1 – Clube Desportivo Carapinheirense – Rally Amador da Carapinheira – pedido de apoio. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração à Ordem do Dia nos termos propostos pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- PROPOSTAS -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** – O Presidente da Câmara informou que, para além de o ter feito pessoal e institucionalmente, recorda a pessoa do Engenheiro Girão Vitorino, agora falecido, enquanto cidadão nascido no Concelho de Montemor-o-Velho, que exerceu a presidência da Câmara Municipal de Góis e com quem teve o prazer e a honra de ser amigo durante este período que decorreu nos dois primeiros mandatos.-----

----- Por esse motivo deixa ao executivo uma palavra de consternação e ao mesmo tempo de reconhecimento. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Informou ainda que, em relação ao ramal da Figueira da Foz/Pampilhosa, teve na semana passada, uma reunião com o senhor Secretário de Estado dos Transportes, onde estiveram também presentes o senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal e os senhores Presidentes das Câmaras da Figueira da Foz e da Mealhada.-----

----- Esta reunião pautou-se por tentar convencer o actual responsável da pasta para a boa vontade que terá que existir na recuperação daquele ramal, fundamentalmente tendo presente não só a interligação quotidiana que desapareceu para levar activos e estudantes até Coimbra, e ao mesmo tempo, que nesta recuperação fosse gizado um plano que fortalecesse o projecto logístico da região, que tem como ponto central a Figueira da Foz, sobretudo no que diz respeito à transformação do seu porto, mas também e fundamentalmente, sem querer ter falsa modéstia, que quer para Montemor, quer para a Cantanhede e Mealhada, este projecto é fundamental. -----

----- Isto porque, existe dinheiro contratualizado no QREN, estão e lançaram concursos para obras nas zonas de acolhimento empresarial e as ligações a este ramal são vitais, para poder captar empreendedorismo e ao mesmo tempo no actual sistema de transporte que as mercadorias levam, e sabendo os custos exacerbados dos combustíveis, o plano rodoviário é ultrapassado, cada vez mais, pelo plano ferroviário e aero-portuário. -----

----- Assim, deixa ali uma palavra de sensibilização a todo o executivo de que, em relação à reunião, ficou preocupado, assim como todos os que o acompanharam nesta reunião. Na imprensa já se encontram muitas das atitudes tomadas pelos autarcas. A CIM

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

tem uma posição muito clara e nos próximos quinze dias vai apresentar um relatório sucinto ao senhor Secretário de Estado, em que evidencia toda esta demarche estratégica que acabou de sublinhar, mas ao mesmo tempo, ponderar bem uma posição política de pressão, para que este projecto vingue.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** – Informou que no próximo dia 5 de Fevereiro, terá uma reunião em Coimbra com os Presidentes da Câmara de Coimbra e da Figueira da Foz, a fim de discutirem o projecto da Ciclovía do Mondego, e projectos inerentes à recuperação da zona do leito abandonado do Padre Estêvão Cabral, em Montemor.-----

----- Estará também presente nesta reunião o Presidente do INAG, acompanhado de técnicos, cada um dos municípios atrás referidos e respectivos técnicos ligados a estes projectos e também a ARH – Centro. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** – Deu conhecimento também de que no próximo dia 6 de Fevereiro, cerca das 17 horas, se realiza uma sessão pública na Galeria Municipal, dando sequência aos trabalhos de divulgação e promoção da figura de Manuel de Macedo e também da apresentação do livro de Maria Helena Coelho sobre a história relativa a Montemor. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quinta** – Mais informou que no dia 18 de Fevereiro decorrerá a primeira Assembleia Intermunicipal da Comunidade do Baixo Mondego (CIM-BM), para eleição da mesa e ao mesmo tempo, aprovação do Plano de Actividades e Grandes Opções do Plano para 2010. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Sexta** – Disse ainda que no passado dia 29 de Janeiro, foi aprovado pelo Conselho Municipal de Protecção Civil, com parecer favorável, o Plano de Emergência que vai ser remetido para a Entidade Nacional de Protecção Civil, regressando depois com eventuais alterações, para que o Executivo Municipal e a Assembleia Municipal o aprove. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Sétima** – Deu conhecimento de que, em relação ao PROT-C, houve finalmente alguns dados que foram remetidos pela plataforma que trabalha este projecto, e onde, grosso modo, até ao final do dia 2 de Fevereiro teriam de responder, mas onde se avizinha uma atitude diferente daquela que estava a ser utilizada, nomeadamente no que diz respeito à inclusão de muitas das observações apresentadas pelo Município de Montemor. --

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

----- Depois de discutido, este documento deve voltar à reunião de Câmara, para que antes da Assembleia do PROT, onde estará presente, haja uma tomada de posição pública e política deste órgão. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Oitava** - Informou que, não tinha sido apresentado nenhum recurso pelos concorrentes, pelo que se considera definitivamente adjudicada a empreitada da “Rede de Esgotos da Portela (Zonas Limítrofes) – Fase B - ETAR” à empresa Terraplanagens Alferope, Lda., pelo montante de 399.077,85 €, acrescido de IVA à taxa legal, pelo prazo de execução de 270 dias. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- DO VEREADOR EMÍLIO TORRÃO -----

----- **Primeira** – O Vereador Emílio Torrão informou que os Vereadores do Partido Socialista se associam ao voto de pesar apresentado pelo senhor Presidente da Câmara, em relação ao falecimento do amigo Engenheiro Girão Vitorino. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Informou ainda que é necessário tomar uma posição política, e independentemente da filiação partidária dos Vereadores do Partido Socialista, estão associados a qualquer iniciativa que o senhor Presidente da Câmara venha a tomar em relação ao ramal da Pampilhosa/figueira da Foz, na medida em que concordam com a posição tomada por este, no sentido de que é de vital importância para o concelho de Montemor-o-Velho e para o PLIA, e para tudo o que a isso está associado. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** – Agradeceu o facto de a Câmara Municipal ter disponibilizado as instalações da Biblioteca Municipal, para a realização de um evento da Juventude Socialista e também ao senhor Presidente da Câmara a forma muito apurada e cuidada com que tratou o assunto e a forma como foram todos tratados. -----

----- É um bom exemplo de convivência democrática e que pretendem salientar. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- DA VEREADORA PAULA RAMA-----

----- **Primeira** – A Vereadora Paula Rama informou que foi contactada por diversas pessoas que gostariam de saber como e onde depositar os pequenos electrodomésticos que não utilizam. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

----- Informou-se junto dos serviços e constatou que de facto no concelho de Montemor-o-Velho não existe nem um serviço de recolha, nem um serviço onde pudessem depositar esses pequenos electrodomésticos. -----

----- Foi-lhe transmitido que nos concelhos limítrofes existiam alguns locais onde podem deixar estes electrodomésticos, mas que no Município não existia. -----

----- Fez algumas pesquisas e constatou que existem várias entidades que neste momento prestam um serviço que consiste em fornecer uns depositrões, onde as pessoas podem deixar esses pequenos electrodomésticos, e posteriormente fazem a sua recolha.-----

----- Existem vários municípios a aderir a essa actividade e poderia citar, a título de exemplo, uma das entidades à qual já se encontram associados 43 municípios, o que já é um numero razoável é a ERP-Portugal, sem querer estar a mencionar qualquer entidade em particular, mas a maior adesão foi junto desta entidade. -----

----- Mais disse que a bancada do Partido Socialista considera importante que se tome uma iniciativa neste âmbito. Gostaria de deixar esta nota, esta recomendação ao executivo e que este não descorasse este assunto e lhe desse a atenção que ele merece. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO -----

-----1-DIVISÃO FINANCEIRA -----

-----SECÇÃO DE CONTABILIDADE -----

----- 1 – ALTERAÇÃO ÀS RUBRICAS DA RECEITA E DA DESPESA DO ----- CLASSIFICADOR ECONÓMICO, APROVADO PELO DL 26/2002, DE 14 DE FEVEREIRO -----

----- Foi presente uma informação dos serviços dando conta de que, na sequência das recentes alterações ao classificador acima referido, se procedeu às alterações do classificador económico nos termos propostos pelo Satapocal de acordo com a revisão de 03 de Dezembro de 2009.-----

----- Em conformidade com as indicações da DGAL estas alterações deveriam ser efectuadas pela software-house (AIRC no caso desta autarquia) durante o final do ano passado, o que nunca viria a acontecer. Por informação prestada por aquela empresa em meados deste mês teriam que ser as autarquias a efectuar os necessários ajustamentos, através de uma alteração, uma vez que estavam com algumas dificuldades em concretizar as modificações pretendidas.-----

----- Assim, e para conhecimento do executivo, constam como documento anexo à presente acta sob o número um, os documentos que serviram de base à elaboração do documento e o próprio documento.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade remeter o assunto, igualmente para conhecimento, da Assembleia Municipal.-----

----- **2 – CIRCULAR N.º 15/2010 DA ANMP** -----
----- **- APOIO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PODER LOCAL** -----
----- **DEMOCRÁTICO EM TIMOR-LESTE** -----

----- Foi presente uma informação da Directora de Departamento Administrativo e Financeiro que a seguir se transcreve:-----

----- “De acordo com a Circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) anexa, e na sequência da deliberação do XVIII Congresso, os Municípios Portugueses, sensíveis aos laços de História, Língua, Cultura e Solidariedade que unem os dois países, vão apoiar a instalação, monitorização e operacionalização dos órgãos do Poder Local Democrático, apostando na formação de funcionários e dirigentes locais de Timor-Leste e ainda na consecução de projectos-piloto de construção/reabilitação de infra-estruturas.-----

----- Esta decisão foi transposta para o Acordo de Cooperação conjunto, celebrado entre a ANMP, o Fórum das Autoridades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa Fórum CPLP) e o Governo de Timor-Leste, donde resultou a plano de acção que consta na referida Circular.-----

----- Esse plano de acção centra-se nas seguintes acções:-----

----- Acção A – Instalação, monitorização e operacionalização dos órgãos do Poder Local Democrático/Formação de funcionários e dirigentes locais. Esta acção engloba a realização de dois cursos de formação para dirigentes e funcionários administrativos das futuras autarquias, com um custo estimado em 160.284,50 euros, bem como apoio à instalação das quatro primeiras autarquias, com custos associados estimados em 200.000,00 euros.-----

----- Acção B – Reabilitação do mercado de Bacau, cujos custos para o projecto de execução e empreitada (1.ª fase) foram estimados em 281.000,00 euros.-----

----- Para cumprimento da referida deliberação do XVIII Congresso da ANMP, é solicitada ao Município de Montemor-o-Velho a comparticipação de 1.250,00 euros, a qual foi calculada de acordo com o critério da sua dimensão, devendo a mesma ser enviada até 15 de Março de 2010, por forma a possibilitar o cumprimento dos compromissos assumidos.---

----- É ainda realçado que as comparticipações dos associados não cobrirão a totalidade dos custos envolvidos, estando em negociação com outras entidades e fontes de financiamento que possibilitem a concretização do compromisso assumido.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

----- Esta decisão deverá ser tomada pelo órgão Executivo Municipal, de acordo com a competência que lhe está cometida pela alínea f), do n.º 4, do art.º 64.ª da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a actual redacção introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que prevê a participação do município em projectos e acções de cooperação descentralizada, designadamente no âmbito da União Europeia e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa." -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a comparticipação de 1.250,00€, para apoio à Institucionalização do Poder Local Democrático em Timor-Leste, sendo que este valor deve ser enviado até 15 de Março de 2010.-- -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 3 – AUTORIZAÇÃO PARA ASSINATURA DE CHEQUES -----

----- Pela Directora de Departamento Administrativo e Financeiro foi dado conhecimento de que actualmente, após a aposentação da Sr.ª Tesoureira D.ª Natália Mendes, a única funcionária autorizada a assinar cheques é a Assistente Técnica D.ª Maria do Carmo Valente Bento Fernandes Florido. -----

----- Por outro lado, não se encontra designado Vice-Presidente e nenhum outro elemento do Executivo Municipal está autorizado a subscrever estes meios de pagamento.--

----- Tendo em vista agilizar temporariamente alguns procedimentos dependentes da emissão e assinatura de cheques, o senhor Presidente da Câmara proferiu um despacho em 27 de Janeiro de 2010, em que autoriza o Assistente Técnico Filipe André, a exercer funções na Tesouraria Municipal desde 6 de Janeiro corrente e a senhora Vereadora Isabel Quinteiro a proceder à assinatura de cheques.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO-----

----- 1 – CESSÃO DA CASA DE CHÁ, SITA NO PAÇO DAS INFANTAS, ---

----- CASTELO DE MONTEMOR-O-VELHO – ADJUDICAÇÃO-----

----- Na sequência da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 23 de Novembro de 2009, foi de novo presente o processo em epígrafe, a fim de ser adjudicada a Cessão de Exploração da Casa de Chá, sita no Paço das Infantas, no Castelo de Montemor-o-Velho. ---

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade adjudicar os serviços de Cessão da Exploração da Casa de Chá, sita no Paço das Infantas, no Castelo de Montemor-o-Velho, à firma "Alferope Terraplanagens, Lda.", pelo montante de 3.000,00€ anuais e pelo prazo de 3 anos, renovável por períodos sucessivos de um ano, até ao máximo de 5 anos, incluindo o prazo inicial. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **2 – AQUISIÇÃO DO ARTIGO MATRICIAL RÚSTICO N.º 4984, SITO --**
----- **NA FREGUESIA E CONCELHO DE MONTEMOR-O-VELHO, -----**
----- **DESTINADO AO DESVIO DA VALA DA COVA -----**

----- Pela Directora de Departamento Administrativo e Financeiro foi dado conhecimento de que no decorrer da aquisição de parcelas de terreno para a construção do Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho, em concreto para a concretização do Desvio da Vala da Cova, torna-se necessário proceder à aquisição de 80 m2 do artigo matricial rústico n.º 4984, correspondente ao lote 1042, da freguesia de Montemor-o-Velho, propriedade de António Rama Abrunheiro, com uma área total de 1897 m2. -----

----- Contactado o proprietário, esta manifestou disponibilidade para vender a totalidade prédio, nas condições propostas, caso a Câmara Municipal entenda que representa uma mais-valia para o Município, tendo em vista eventual permuta com outros terrenos a expropriar. -----

----- Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere adquirir a totalidade do artigo matricial rústico n.º 4984, acima identificado, de acordo com o valor preconizado pelo perito da lista oficial, Engenheiro Júlio do Fundo Granjo, que conclui os seguintes montantes:

----- Valor da aquisição do artigo = $(1897 \text{ m}^2 * 1.59\text{€})$ 3.016,23€ -----

----- Valor para indemnização pelas culturas = $(1897 \text{ m}^2 * 0.48\text{€})$ 910,56€ -----

----- Perfazendo a aquisição da totalidade deste artigo matricial o montante de 3.926,79€. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade adquirir a totalidade do artigo matricial rústico n.º 4984, da freguesia de Montemor-o-Velho, propriedade de António Rama Abrunheiro, pelo montante de 3.926,79€, de acordo com o atrás referido. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **3 – PERMUTA DO ARTIGO MATRICIAL RÚSTICO N.º 4984 COM OS -**
----- **PROPRIETÁRIOS DO ARTIGO MATRICIAL RÚSTICO 4933, -----**
----- **DESTINADO AO DESVIO DA VALA DA COVA -----**

----- Pela Directora de Departamento Administrativo e Financeiro foi dado conhecimento de que a aquisição do artigo matricial rústico n.º 4984 da freguesia de Montemor-o-Velho, propriedade de António Rama Abrunheiro permite a realização de uma permuta com Luís Carlos Mendes Travassos e Maria Jesus Lopes Monteiro da Costa, proprietários do artigo matricial rústico n.º 4933 (parcela 130 da obra do desvio da Vala da Cova), do qual o Município tem necessidade de ocupar 1432 m2. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

----- Os proprietários foram informados de que sendo efectuada a permuta com o sobranço do artigo 4984 (1817 m2) existirá um diferencial de 385 m2, mostrando estes a sua disponibilidade para ressarcir o Município dessa diferença. -----

----- Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere permutar a área sobranço (1817 m2) do artigo n.º 4984 com os proprietários do artigo n.º 4933, recebendo em troca a área de 1432 m2, desse mesmo prédio (parcela 130 da obra do desvio da Vala da Cova), pagando os proprietários, à Câmara Municipal, o diferencial 385 m2:-----

----- Valor do terreno = $(385 \text{ m}^2 * 1.59\text{€})$ 612,15 € -----

----- Valor pela cultura = $(385 \text{ m}^2 * 0.48\text{€})$ 184,80€ -----

----- Perfazendo a totalidade desta permuta o montante de 796,95€. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade permutar a área sobranço (1817 m2) do artigo n.º 4984 com os proprietários do artigo n.º 4933, recebendo em troca a área de 1432 m2, desse mesmo prédio (parcela 130 da obra do desvio da Vala da Cova), acrescida do pagamento do montante de 796,95€, relativo ao valor da diferença de áreas (385 m2). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **4 - ALIENAÇÃO/PERMUTA DE TERRENOS - "GÁS MONDEGO** -----

----- **- DISTRIBUIDORES DE COMBUSTÍVEIS, LD.ª"** -----

----- Foi presente uma informação da Directora de Departamento Administrativo e Financeiro de teor seguinte: -----

----- "Em face do requerimento apresentado em 28/12/2009 e após análise do processo, cumpre informar o seguinte: -----

----- 1- A Câmara Municipal é efectivamente proprietária de um lote de terreno, denominado Lote A, situado no Espaço Industrial de Montemor-o-Velho, no lugar de Fojo Lobal, já registado nos serviços de Finanças deste concelho e a aguardar inscrição no Registo Predial; -----

----- Por escritura outorgada em 27/10/2009, a Câmara Municipal adquiriu o artigo matricial rústico número 4663, com a área de 22.849,00 m2, pelo preço de € 210.000,00. Posteriormente, através de operação de destaque, foi o mesmo dividido nos Lotes A (10.690,00 m2) e Lote B (12.159,00 m2), cujo registo está em fase de conclusão, ficando inscrito em cada um destes dois lotes o ónus de não fraccionamento pelo período de 10 anos, de acordo com o disposto no art.º 6º do DL 555/99 de 16/12, na redacção da Lei nº 60/2007, de 4/9. -----

----- 2- A Sociedade Comercial " GAZ MONDEGO - Distribuidores de Combustíveis, Ld.ª " é proprietária de dois prédios urbanos (U-1479 e U-1644) da freguesia de Montemor-o-Velho,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

localizados na Av.^a José Nápoles (ou Largo da Feira), descritos na Conservatória do Registo Predial sob o nº 02065/280695. Nestes prédios está instalado (de acordo com a descrição do registo predial) um “armazém amplo e parque destinado a armazenamento de botijas de gás”, com a área coberta de 283 m2.-----

----- 3- A Câmara Municipal está interessada na aquisição destes prédios para a integração na área destinada à Pista de Atletismo e à Pousada da Juventude, equipamentos complementares associados ao Centro de Alto Rendimento para Desportos Náuticos de Montemor-o-Velho, o que obrigará à demolição do imóvel.-----

----- Foi já efectuada avaliação por Perito da lista oficial tendo em vista, caso se mostre necessário, procedimento expropriativo, constando do respectivo auto, que remete para o processo de obras, a área coberta total (incluindo armazém e telheiro/estaleiro) de cerca de 379,16 m2. -----

----- Segundo consta da avaliação datada de 20 de Outubro de 2008, o Perito preconiza para a justa indemnização a atribuir pela expropriação dos mencionados prédios, reportada à data estimada para a declaração de utilidade pública, o valor de € 73.571,23 (setenta e três mil quinhentos e setenta e um euros e vinte e três cêntimos). Sugere ainda a notificação do proprietário para efectuar a necessária correcção da área coberta registada do prédio de 283 m2 para 379,16 m2, a fim de garantir que a indemnização que venha a ser paga não o é à custa de terceiros. -----

----- 5- A fim de o processo ter o desenvolvimento urgente reclamado pelos serviços técnicos, procurando evitar o recuso a um processo expropriativo consabidamente oneroso e demorado, importa que seja deliberado: -----

----- a) qual o preço a propor ao proprietário pela aquisição do imóvel (U-1479 e U-1644);-

----- b) se a Câmara Municipal aceita a proposta de permuta apresentada, bem como definição do valor diferencial a pagar pela Sociedade Comercial “GAZ MONDEGO - Distribuidores de Combustíveis, Ld.^a”, que esta propõe seja fixado em € 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos euros), quantia que pagará integralmente no acto da escritura. -----

----- 6- Caso venha a ser acordado a permuta e respectivos valores, entendem os serviços estar devidamente justificada a não adopção de um procedimento para venda em hasta pública do terreno de que a Câmara Municipal é proprietária (o mencionado Lote A), atendendo a que o próprio Código das Expropriações impõe a tentativa de aquisição por via do direito privado, e ainda porque foi o próprio Município a impor à referida sociedade comercial a deslocalização urgente do armazém de gás, para a execução das obras acima mencionadas. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

----- Relativamente ao valor proposto, importará ainda considerar que o Lote A representa, em termos de área, cerca de 47% do prédio inicial, adquirido por € 210.000,00. ---

----- No caso de ser aprovada a proposta apresentada, deverá a sociedade comercial efectuar a correcção da área do prédio que lhe pertence no Registo Predial.” -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aceitar a proposta de permuta apresentada, bem como o valor diferencial a pagar pela Sociedade Comercial “GAZ MONDEGO - Distribuidores de Combustíveis, Ld.^a”, de 42.500,00€ (quarenta e dois mil e quinhentos euros).-----

----- Mais deliberou notificar o proprietário para efectuar a necessária correcção da área coberta registada do prédio. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

-----**O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **5 – EXPROPRIAÇÃO DA PARCELA N.º 47-S (LOTE 234), SITUADO --**

----- **NO CONCELHO DE SOURE – TRANSFERÊNCIA** -----

----- Pela Directora de Departamento Administrativo e Financeiro foi dado conhecimento que ao abrigo do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Câmara Municipal de Soure, para instrução do pedido de Declaração de Utilidade Publica da expropriação da parcela 47 – S, correspondente ao lote 234, na parte que está situada no concelho de Soure, importa agora transferir para o este Município a quantia de € 60.622,20 (sessenta mil seiscientos e vinte dois euros e vinte centimos), montante apurado pelo perito como o justo valor a suportar com a expropriação, para que seja feito o respectivo depósito da quantia numa instituição do lugar do bem, para efeitos de investidura na posse administrativa do bem.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade transferir a quantia de 60.622,20€ (sessenta mil seiscientos e vinte dois euros e vinte centimos) para a Câmara Municipal de Soure. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

-----**O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **6 – EXPROPRIAÇÃO DE DUAS PARCELAS NO PLIA** -----

----- **– INFORMAÇÃO** -----

----- Pela Directora de Departamento Administrativo e Financeiro foi dado conhecimento de uma informação dos serviços de teor seguinte:-----

----- “Na sequência de deliberação de Câmara de 02 de Dezembro de 2009 – Declaração de Utilidade Publica da expropriação das Parcelas 37 e 38 do PLIA – e consequente deliberação da Assembleia Municipal de 28 de Dezembro, importa agora dar

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

conhecimento de que foram notificados os interessados da tentativa de aquisição por via do direito privado das parcelas necessárias à concretização de investimento concelhio.-----

----- Nesse seguimento, vieram os mesmos dizer que estavam dispostos para a venda das mesmas, pelo montante apurado pelo perito da lista oficial, tendo já sido celebradas as respectivas escrituras.-----

----- Assim, serve a presente para informar de que se torna escusada a expropriação, devendo ser dado o respectivo conhecimento à Assembleia Municipal." -----

----- A Câmara tomou conhecimento da dispensa de expropriação das parcelas 37 e 38 do PLIA e deliberou por unanimidade remeter o assunto à Assembleia Municipal para conhecimento.-----

----- SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS-----

----- O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 1 – FESTIVAL DO ARROZ -----

----- – ALTERAÇÃO DAS FEIRAS QUINZENAIS DE 24/02 E 10/03 DE 2010 -----

----- Foi presente uma informação dos serviços, a dar conhecimento que, por motivo da realização do Festival do Arroz e da Lampreia que decorrerá entre o dia 5 e o dia 14 de Março, se torna necessário proceder à alteração das datas da realização das feiras quinzenais dos dias 24 de Fevereiro e 10 de Março de 2010. -----

----- Após ser ouvida a comissão de feirantes, os serviços de fiscalização informam que estes decidiram marcar uma feira para o dia 31 de Março e que em relação à outra preferem que o valor previamente pago seja descontado aquando do pagamento do próximo trimestre.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, de acordo com a informação dos serviços, alterar uma das feiras para o dia 31 de Março.-----

----- Mais deliberaram em relação à outra feira, que o valor do terrado previamente pago seja descontado aquando do pagamento do próximo trimestre.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 2 – CASTELO DE MONTEMOR-O-VELHO -----

----- – CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO -----

----- Pela Directora de Departamento Administrativo e Financeiro foi dado conhecimento de uma informação dos serviços, que a seguir se transcreve: -----

----- "Na sequência do pedido de utilização, efectuado por Cláudia Catarina Ferreira Chaves Loureiro, para o dia 17 de Julho de 2010, do espaço do Castelo (antigo cemitério) para colocação de duas tendas amovíveis, com 350 m2 e 120 m2, cumpre-me informar que

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

na Câmara Municipal existe regulamentação para o efeito. A saber: "Tabela de Taxas e outras Receitas Municipais do Município de Montemor-o-Velho". Ao caso, é aplicável o artigo 88.º, n.º 1.3.3, que estipula que a utilização do espaço com mais de 100 m2 por dia tem um custo de € 7500,00. -----

----- Porém, esta Câmara Municipal apenas permitiu este tipo de utilização, com o objectivo único de promoção de fins culturais. A utilização requerida fundamenta-se na realização de uma festa de casamento, motivo que não se coaduna com a prática habitual de autorização deste município.-----

----- No entanto, caso a pretensão seja atendida, deverá a requerente ser informada que terá de tomar as diligências necessárias à obtenção de electricidade no espaço acima referido, caso dela necessite, bem como se deverá informar aquela que terá de se responsabilizar por toda a limpeza do espaço, devendo o mesmo ficar nas exactas condições em que se encontrava anteriormente." -----

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que nos dias 7, 8 e 9 de Julho vai ser apresentada a peça pelo Teatrão "Peregrinações de Fernão Mendes Pinto", alusiva às comemorações dos 500 anos do nascimento de Fernão Mendes Pinto e estão previstas repetições até ao final do mês de Agosto, mesmo durante a realização do CITEMOR, que tem início a 25 de Julho.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar a sua intenção de indeferir o pedido de utilização do Castelo para o dia 17 de Julho, com os fundamentos apresentados, assentes essencialmente na necessidade de o Castelo de Montemor-o-Velho estar disponível na data apontada para a realização de eventos promovidos pelo Município de grande relevância cultural, não só no Concelho, mas mesmo no plano nacional.-----

----- Mais deliberou que seja feita a audiência dos interessados, nos termos dos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

-----**O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **3 – PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE-----**
----- **FUNCIONAMENTO – GARGANTUA BAR-----**

----- Foi presente um requerimento do munícipe João Carlos Lopes Protásio, gerente do estabelecimento de bebidas GargantuaBar, agregado à empresa Turismor Unipessoal, Lda., sito na Rua das Parreiras - Montemor-o-Velho a solicitar o alargamento excepcional do horário de encerramento, no dia 13 de Fevereiro do corrente, até às 04:00 horas, para efeitos de comemoração do seu aniversário. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

----- Consultados os arquivos, verifica-se que o requerente possui horário de funcionamento, que o autoriza a funcionar até às 02:00 horas (até às 03:00 horas às sextas feiras, sábados e vésperas de feriado).-----

----- De acordo com o disposto no § único do n.º 3 do art.º 4º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Montemor-o-Velho, a Câmara Municipal tem competência para alargar os limites horários dos estabelecimentos, a requerimento dos interessados, sem prejuízo dos direitos dos trabalhadores ou em conformidade com os já previstos na contratação colectiva em vigor. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que corroboravam a posição do senhor Presidente da Câmara em relação a um pedido anterior, e portanto entendem que se deve unificar o procedimento em relação a todos estes pedidos, em conformidade com a decisão anterior, relativa a outro estabelecimento sito em Montemor. Pretendem que se salguarde a posição que o senhor Presidente da Câmara assumiu e com a qual os Vereadores do PS estão de acordo.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o alargamento de horário de funcionamento do estabelecimento de bebidas GargantuaBar, sito na Rua das Parreiras - Montemor-o-Velho até às 04:00 horas, na noite de 13 de Fevereiro, para efeitos de comemoração do seu aniversário. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- TESOURARIA -----

----- 1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia 29 de Janeiro do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais, de 760.672,10 € (setecentos e sessenta mil seiscentos e setenta e dois euros e dez cêntimos) e em Operações de Tesouraria de 367.193,10€ (trezentos e sessenta e sete mil cento e noventa e três euros e dez cêntimos).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS-----

----- SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- SECÇÃO DE APOIO AOS ORGÃOS -----

----- SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- II – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFEREM OS ART.S 65º E 69.º DA-----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação, referente ao artigo 65º e 69º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5 -A/2002, de 11 de Janeiro, no tocante às decisões tomadas no âmbito deste Departamento, no período compreendido entre o dia 18 e o dia 29 de Janeiro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número dois).--

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 – PARECERES EMITIDOS PELA ENTIDADE REGIONAL DA RESERVA -

----- AGRÍCOLA NACIONAL DO CENTRO E PELA RESERVA -----

----- ECOLÓGICA NACIONAL PARA O PROCESSO APRESENTADO ---

----- POR IT – COMÉRCIO INTERNACIONAL, SA - PROCº Nº 83/2009 -

----- Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado de pareceres da RAN e REN (documentos anexos à presente acta sob o número três).-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara dizendo que concorda que a Câmara Municipal emita parecer favorável para a alteração de uso em causa, isto é, transformar a fábrica de mármore em armazém de equipamentos desportivos, pois poderia servir de complemento ao futuro Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que é também favorável à alteração de uso pretendida, desde que seja apenas para o fim indicado, ou seja, armazém de equipamentos desportivos (apoio ao Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho).

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- 1) Quanto ao parecer da RAN:-----

----- Emitir parecer favorável à alteração de uso de Fábrica de Mármore para Armazém de Equipamentos Desportivos, dado considerar que se trata de um complemento ao complexo desportivo em execução (Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho). ----

----- 2) Quanto ao parecer da REN:-----

----- Que o requerente apresente os projectos respectivos com vista à aprovação do que não esteja licenciado, sendo também de parecer favorável à libertação daquela área da Reserva Ecológica Nacional, para o uso já indicado no ponto 1. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta ara surtir efeitos imediatos. -----

-----1 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL-----

-----2 - DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL -----

-----SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E APOIO AO MUNÍCIPE -----

-----III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS -----

-----1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

----- 1 – CENTRO EDUCATIVO DE MONTEMOR-O-VELHO -----
----- (CONSTRUÇÃO) -----
----- - ERROS E OMISSÕES -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços acompanhada de um parecer jurídico sobre a entrega, por parte do técnico Autor do projecto da especialidade, de um aditamento ao projecto inicial da obra em epígrafe (lançado a concurso), que conduziu à reformulação total daquele e alegando ser o desenvolvimento do projecto inicial como projecto de execução, uma vez que o anterior não dava cumprimento às necessidades funcionais do edifício nem satisfazia o estipulado no Regulamento de Sistemas Energéticos e de Climatização de Edifícios (RSECE). -----

----- Perante isto, foi definida a versão final do referido projecto com os projectistas (geral e da especialidade) e com o empreiteiro, o qual tendo em conta o tipo de trabalhos a realizar apresentou proposta de preços unitários que depois de devidamente analisada apurou-se a seguinte situação na obra em epígrafe: -----

----- -Trabalhos a menos no montante de 165.142,09 € (cento e sessenta e cinco mil cento e quarenta e dois euros e nove cêntimos), referentes ao capítulo 06 da proposta inicial, que correspondem a uma percentagem de 10,04%. -----

----- -Trabalhos de suprimento de erros e omissões no montante de 189.199,57 € (cento e oitenta e nove mil cento e noventa e nove euros e cinquenta e sete cêntimos) que correspondem a percentagens de 11,50%-----

----- -Das alíneas anteriores temos um custo adicional ao preço contratual de 24.057,48 € (vinte e quatro mil e cinquenta e sete euros e quarenta e oito cêntimos).-----

----- A Câmara tomou conhecimento e após análise do exposto deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o projecto de alteração ao AVAC.-----

----- Dois – Tomar conhecimento dos trabalhos a menos no montante de 165.142,09 € (cento e sessenta e cinco mil cento e quarenta e dois euros e nove cêntimos), referentes ao capítulo 06 da proposta inicial. -----

----- Três – Aprovar e autorizar os trabalhos de suprimento de erros e omissões no montante de 189.199,57 € (cento e oitenta e nove mil cento e noventa e nove euros e cinquenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal, sem prazo adicional. -----

----- Quatro – Que seja celebrado contrato adicional nos moldes do inicial. -----

----- Cinco – Que esta Câmara Municipal seja indemnizada por danos pelo Gabinete Projectista – Plarq – Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Lda. no montante de 24.057,48 €

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

(vinte e quatro mil e cinquenta e sete euros e quarenta e oito cêntimos), nos termos da alínea a) do nº 6 e 7 do artigo 378º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Seis – Fazer a audiência escrita, nos termos dos art.º 100 e 101º do Código do Procedimento Administrativo, ao Gabinete Projectista – Plarq – Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Lda. -----

----- Sete - Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- **2 – EIXO VIÁRIO DO SISTEMA URBANO DO VALE – CARAPINHEIRA**
(RUA DA IGREJA) -----

----- **- AQUISIÇÃO DE TERRENOS INCLUINDO BENFEITORIAS** -----

----- Foi presente uma informação dos serviços referindo que, com o decorrer da empreitada em epígrafe verificou-se que o terreno adquirido ao Sr. Aurélio Veneza em reunião de Câmara de 25/05/2009, era insuficiente para permitir um remate adequado com a estrutura viária existente. -----

----- Efectuado contacto com o Sr. Aurélio Veneza, o mesmo concordou vender, nas mesmas condições do inicial, uma pequena parcela de terreno, com a área de 25.20 m2 a destacar do prédio urbano com o artigo matricial nº 1187, da freguesia de Carapinheira, pelo valor de 1.118,88 € (incluindo benfeitorias existentes). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade adquirir uma parcela de terreno ao Sr. Aurélio Veneza com a área de 25.20 m2 a destacar do prédio urbano com o artigo matricial nº 1187, pelo valor de 1.118,88 € (incluindo benfeitorias existentes), da freguesia de Carapinheira. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- **3 – EIXO VIÁRIO DO SISTEMA URBANO DO VALE** -----

----- **- LARGO DA FEIRA (ALHASTRO)** -----

----- **- NOVA DATA PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**-----

----- Foi presente uma informação dos serviços a informar que, no seguimento da delegação de competências efectuada no júri do concurso mencionado em epígrafe, o mesmo já tinha dado seguimento à lista de erros e omissões apresentadas pelos concorrentes na plataforma electrónica, bem como fixado novas datas de entrega e abertura das propostas nos termos do nº 2 do art.º 64º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, sendo estas entregues até às 23H00 do dia 08/02/2010, e abertas no dia 09/02/2010, pelas 9H00. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um - Tomar conhecimento da lista de erros e omissões. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

----- Dois – Ratificar o acto praticado pelo júri, no que diz respeito a data de entrega e abertura das propostas.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- **O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.**-----

----- **4 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS ---**

----- **MUNICIPAIS: FREGUESIAS DE MONTEMOR-O-VELHO, MEÃS E ---**

----- **TENTÚGAL**-----

----- **- PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE**-----

----- Foi presente uma informação dos Serviços acompanhada pelo Plano de Segurança e Saúde, apresentado pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epigrafe, referindo que o mesmo se encontrava em condições de ser aceite.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o Plano de Segurança e Saúde.-----

----- Dois – Nomear como Coordenador de Segurança e Saúde a Eng.^a Cristina Aguiar.-----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- **2 - DIVISÃO DE SISTEMAS AMBIENTAIS**-----

----- **1 – REDE DE ESGOTOS DE VERRIDE E VILA NOVA DA BARCA**-----

----- **- APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE**-----

----- Foi presente uma informação dos Serviços e respectiva análise efectuada pela Fiscalização e Coordenador de Segurança em Obra ao Plano de Segurança e Saúde apresentado pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epigrafe, referindo que o mesmo se encontrava em condições de ser aceite.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o Plano de Segurança e Saúde, sendo a Coordenação de Segurança e Saúde em obra efectuada pela empresa de Fiscalização Sel & Sal, Execução de Projectos de Arquitectura e Engenharia, Lda.-----

----- Dois - Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- **IV. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA**-----

----- **1 – PUBLICAÇÃO MONTEMOR-O-VELHO A CAMINHO DA CORTE E**

----- **DAS CORTES, DA PROF. DOUTORA MARIA HELENA DA CRUZ ----**

----- **COELHO**-----

----- **- FIXAÇÃO DE PREÇO AO PÚBLICO**-----

-----A Vereadora do Pelouro informou que, na sequência da programação do lançamento da publicação “Montemor-o-Velho a Caminho da Corte e das Cortes” da Prof. Doutora Maria Helena da Cruz Coelho para o dia 6 de Fevereiro de 2010, às 17 horas, na

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

Galeria Municipal, propôs que seja fixado o preço de venda ao público de 15€ (IVA incluído).-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Vereadora do Pelouro.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- **2 – ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA, EDUCATIVA E DESPORTIVA DO AMIEIRO**-----

----- **– ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**-----

----- A Vereadora do Pelouro propôs a atribuição de um subsídio no valor de 3.000,00€ à Associação Cultural, Recreativa Educativa e Desportiva do Amieiro, a fim de fazer face a despesas de investimento, mais concretamente em obras de reparação em sede própria. ---

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Vereadora do Pelouro.-----

----- **3 – COMISSÃO DA FÁBRICA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE MONTEMOR-O-VELHO**-----

----- **– ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**-----

----- A Vereadora do Pelouro propôs a atribuição de um subsídio no valor de 2.400,00€ à Comissão da Fabrica Paroquial da Freguesia de Montemor-o-Velho, a fim de fazer face a despesas de investimento, mais concretamente em obras de reparação na Capela de S. Sebastião, sita na Vila de Montemor-o-Velho.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Vereadora do Pelouro.-----

----- **4 – VI ENCONTRO DE CAROCHAS DA VILA DE MONTEMOR-O-VELHO**-----

----- **– ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**-----

----- A Vereadora do Pelouro propôs a atribuição de um subsídio no valor de 1.360,00€ para pagamento de 170 refeições, para a realização do VI Encontro de Carochas da Vila de Montemor, que terá lugar no dia 14 de Março do corrente ano, integrado no âmbito de "VIII Festival do Arroz e da Lampreia".-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Vereadora do Pelouro.-----

----- **5 – CENTRO CULTURAL, RECREATIVO E DESPORTIVO DO MOINHO DA MATA**-----

----- **– ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

----- A Vereadora do Pelouro propôs a atribuição de um subsídio de 580,00€ ao Centro Cultural Recreativo e Desportivo do Moinho da Mata, a fim de fazer face a despesas de investimento, mais concretamente em obras de reparação em sede própria. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Vereadora do Pelouro. -----

----- 6 – PEDIDO DE TRANSPORTE ESCOLAR -----

----- A Vereadora do Pelouro deu conhecimento de uma informação dos serviços do teor seguinte: -----

----- "1 - Deu entrada na Câmara Municipal um ofício proveniente da E.B. 2,3 Dr. Santos Bessa, solicitando apoio para o transporte escolar dos alunos, Luís Filipe da Cunha Gomes, Luís Miguel Fernandes Almeida, Jorge Manuel Simões Pessoa e José António Cunha Martins Fernandes, que para complemento do Currículo Específico Individual têm necessidade de se deslocarem duas vezes por semana à Clínica Veterinária – Vetmondago, à APPACDM e à Escola Agrícola Afonso Duarte, que se localizam em Montemor-o-Velho; -----

----- 2 – Os alunos residem nas freguesias de Tentúgal, Meãs e Carapinheira respectivamente, portanto, a uma distância considerável do local do estágio. -----

----- 3 – Estes alunos são oriundos de famílias de poucos recursos económicos e beneficiam de passe escolar totalmente suportado pela Câmara Municipal, por se encontrarem na escolaridade obrigatória; -----

----- 4 – De acordo com o artº. 13º. Da Lei nº. 159/99, de 14 de Setembro (transferências de atribuições e competências para as Autarquias Locais), os municípios têm atribuições em diversos domínios, nomeadamente, na área da educação (alínea d) do artº. 13º), sendo que de acordo com o nº. 3 do artº. 19º da mesma Lei "Compete ainda aos órgãos municipais no que se refere à rede pública: a) Assegurar os transportes escolares;", o que decorre igualmente do Decreto-lei nº. 299/84, de 5 de Setembro. -----

----- 5 – De referir ainda, que de acordo com a alínea m) do artº. 64º da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro é da competência da Câmara Municipal no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente, entre outros, "organizar e gerir os transportes escolares". -----

----- Face ao exposto e tratando-se de matéria da competência da Câmara Municipal, propõe-se que seja atribuído o apoio no para que estes possam concluir o Currículo Específico Individual do 9º. Ano, do 8º. Ano e do 7º. Ano, respectivamente". -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade atribuir o montante de 297,00€ (216 viagens/22 módulos ao preço de 13,50€) destinado à aquisição dos bilhetes

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

de autocarro, pelo Estabelecimento de Ensino, necessários à deslocação dos alunos, Luís Filipe da Cunha Gomes, Luís Miguel Fernandes Almeida, Jorge Manuel Simões Pessoa e José António Cunha Martins Fernandes.-----

-----Ausentou-se a partir deste ponto o Vereador Emílio Torrão. -----

-----O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 7 – COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM -----
RISCO -----

----- – PAGAMENTO DE ESTÁGIOS -----

----- A Vereadora do Pelouro deu conhecimento de um ofício da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Montemor-o-Velho, a dar conhecimento de que, com a finalidade de reforçar o trabalho técnico da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Montemor-o-Velho, tendo em consideração o elevado número de processos de crianças e jovens em acompanhamento nesta Comissão e ainda desenvolver acções concelhias de promoção dos direitos de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem, conforme determina a Lei nº. 147/99, de 01 de Setembro, de Protecção de Crianças e Jovens em perigo, foi estabelecido acordo informal entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Associação Fernão Mendes Pinto, para a cedência de duas psicólogas, que iriam realizar estágio profissional naquela entidade. -----

----- Considerando que a Associação Fernão Mendes Pinto, dado o trabalho que desenvolve no domínio das crianças e jovens em risco no concelho, entendeu ser pertinente ceder a Psicóloga Ana Rita Oliveira Leitão, no período de 01.12.07 a 31.08.08, a tempo inteiro como técnica cooptada na CPCJ de Montemor-o-Velho e a Psicóloga Joana Rita Fagundo Pardal Silva Pereira, no período de 01.12.08 a 31.08.09, a tempo inteiro, para desempenhar funções de avaliação/apoio psicológico junto de crianças e jovens em risco do concelho, nomeadamente junto de alunos do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho. -----

----- Embora a Associação Fernão Mendes Pinto tenha sido a entidade que formalizou os estágios profissionais junto do IEFP, os mesmos foram realizados no âmbito das actividades de apoio a crianças e jovens em risco acima mencionadas, tuteladas pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, solicita o pagamento à Associação Fernão Mendes Pinto, relativo aos custos inerentes aos respectivos estágios profissionais (Ana Rita Oliveira Leitão – 3.088,47€ e Joana Rita Silva – 3.009,84€), num total de 6.098,31€. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade efectuar o pagamento à Associação Fernão Mendes Pinto, dos encargos suportados com os estágios mencionados, no montante total de 6.098,31€. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

----- Voltou a fazer parte da reunião o Vereador Emílio Torrão. -----

----- **V. DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO** -----

----- O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- **1 – CLUBE DESPORTIVO CARAPINHEIRENSE** -----

----- **– RALLY AMADOR DA CARAPINHEIRA** -----

----- **– PEDIDO DE APOIO** -----

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio no valor de 150,00€ para apoio na aquisição de prémios para a realização de um rally amador, no dia 24 de Janeiro do corrente ano, pelo Grupo Desportivo Carapinheirense.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara.-----

----- **VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO** -----

----- **1 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O INSTITUTO** -----

----- **GEOGRÁFICO PORTUGUÊS E O MUNICÍPIO DE** -----

----- **MONTEMOR-O-VELHO** -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de um projecto de Protocolo de Cooperação entre o Instituto Geográfico Português e a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Protocolo de Cooperação entre o Instituto Geográfico Português e a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, que consta como documento anexo à presente acta sob o número quatro.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **2 – ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** ---

----- **CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A** -----

----- **APPACDM – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO --**

----- **DEFICIENTE MENTAL** -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento da primeira adenda e alteração ao Protocolo de Prestação de Serviços celebrado entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a APPACDM de Coimbra. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a primeira adenda e alteração ao Protocolo de Prestação de Serviços celebrado entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a APPACDM de Coimbra, que consta como documento anexo à presente acta sob o número cinco. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

----- 3 – CONTRATO DE ARRENDAMENTO ENTRE A CÂMARA-----
----- MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO E A COMUNIDADE -----
----- INTERMUNICIPAL DO BAIXO MONDEGO (CIM-BM) -----
----- DO SOLAR DOS PINAS-----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento do projecto de Contrato de Arrendamento a celebrar entre o Município de Montemor-o-Velho e a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM), do edifício designado Solar dos Pinas, sito na Rua Dr. Manuel Luís Coutinho, na freguesia e concelho de Montemor-o-Velho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Contrato de Arrendamento a celebrar entre o Município de Montemor-o-Velho e a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM), que consta como documento anexo à presente acta sob o número seis. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 4 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A COMUNIDADE -----
----- INTERMUNICIPAL DO BAIXO MONDEGO (CIM-BM) -----
----- – AFECTAÇÃO FUNCIONAL DE TÉCNICO SUPERIOR -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento do projecto de Protocolo de Colaboração com a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM) com vista à afectação da Técnica Superior Dr.^a Sandra Filomena Cavaleiro Alves, vinculada a esta Autarquia. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o referido Protocolo de Colaboração com a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM). -- -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 5 – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-----
----- – DR. ANTÓNIO CORREIA GÓIS-----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação dos serviços, que a seguir se transcreve:-----

----- “Segundo Monteiro Fernandes: “Para que se reconheça a existência de um contrato de trabalho, é fundamental que, na situação concreta, ocorram as características da subordinação jurídica por parte do trabalhador (...). A subordinação jurídica consiste numa relação de dependência necessária da conduta pessoal do trabalhador na execução do contrato face às ordens, regras ou orientações ditadas pelo empregador, dentro dos limites do contrato e das normas que o regem” (in “Direito do Trabalho”, 11ª edição, página 131). --

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

----- A noção de contrato de trabalho, nos termos do artigo 1152.º do Código Civil, é de que "Contrato de trabalho é aquele pelo qual uma pessoa se obriga, mediante retribuição, a prestar a sua actividade intelectual ou manual a outra pessoa, sob a autoridade e direcção desta".-----

----- O Contrato de prestações de serviço, nos termos do artigo 1154.º do Código Civil, tem a seguinte noção: "Contrato de prestação de serviço é aquele em que uma das partes se obriga a proporcionar à outra certo resultado do seu trabalho intelectual ou manual, com ou sem retribuição".-----

----- Acontece porém que o elemento diferencial entre contrato de prestação de serviços e o contrato de trabalho está, em que, neste um trabalhador presta a outro a sua actividade intelectual ou manual sob a sua autoridade e direcção desta. Ao passo que no contrato de prestação de serviços um trabalhador se obriga a proporcionar à outra o resultado do trabalho executado a actividade que a esse trabalho deve conduzir como melhor entender segundo os ditames da sua vontade, saber e inteligência. É certo que no contrato de prestação de serviços também pode haver ordens ou instruções, mas apenas no que toca ao objectivo do resultado a alcançar, não quanto à forma de atingir.-----

----- No âmbito específico da Administração Pública há que ter em conta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro no seu artigo 9º, número 3, a qual dá a noção de contrato de trabalho, realçando o aspecto de tratar-se de um trabalho subordinado. Por outro lado, no que respeita à prestação de serviço, do artigo 35º, decorre que a celebração de contrato de tarefa ou avença só são possíveis para trabalho não subordinado. Mais resulta dos seus números 2 e 4 que só se pode contratar neste regime uma pessoa singular quando for impossível ou inconveniente contratar uma pessoa colectiva.-----

----- Os contratos de tarefa e avença caracterizam-se por terem por objecto, respectivamente, a execução de trabalhos específicos de natureza excepcional ou prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, sem sujeição a hierarquia, disciplina e horário de trabalho.-----

----- Assim, em razão da sua natureza jurídica e aplicando-se o artigo 35.º da LVCR apenas aos contratos de tarefa e de avença a autorização para celebrar excepcionalmente estes contratos com pessoas singulares compete à Câmara Municipal. Esta solução resulta da interpretação do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro.-----

----- Face ao disposto nos artigos 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, aplicado de forma conjugada com o n.º 4 do artigo 35.º da LVCR, a responsabilidade pela área

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

financeira, nos termos definidos pelo legislador para autorizar o recurso a estes contratos, é atribuída à Câmara Municipal. -----

----- Na sequência da informação 005 do Arquivo Municipal datada de 19/01/2010 e relativamente ao contrato a celebrar com António Correia Góis (Dr.) importa informar que: --

----- 1 – A revista “Monte Mayor” foi criada em 2005 sob proposta de António Correia Góis (Dr.), assumindo este a sua coordenação técnica: -----

----- 2 – Esta publicação semestral tem-se destacado em diversas temáticas, contando para isso com o empenho e dedicação do mesmo. -----

----- Analisada a circunstância poderíamos dizer que neste momento a revista “Monte Mayor” poderá ficar numa situação de orfanado o que não se coaduna com o projecto cultural em que está alicerçado o projecto. -----

----- O trabalho desenvolvido por António Correia Góis (Dr.) para a Câmara Municipal tem um carácter assumidamente intelectual e que pressupõe uma constante investigação e divulgação histórico-cultural do património do concelho, trabalho que julgamos dever ser desenvolvido e acompanhado pelo “pai biológico” do mesmo, dando continuidade ao sucesso já alcançado. -----

----- A celebração do contrato com António Correia Góis (Dr.) não se trata da prestação de trabalho subordinado, porque o mesmo se fica a dever à pesquisa e conhecimento histórico que o mesmo tem, e procura ter, para o desenvolvimento das diversas temáticas da revista “Monte Mayor” e este trabalho tem sido feito “ab initio” por este historiador, enquanto pessoa singular e não por qualquer pessoa colectiva que para o assunto em apreço, a existir, seria certamente mais oneroso para o Município. -----

----- Convém então atentar na exigência patente na alínea b) do número 2 e no número 4, ambos do artigo 35.º da LVCR: a contratação com pessoas singulares não constitui a regra, é sim a excepção, só podendo recorrer-se a este figurino quando, comprovadamente, seja impossível ou inconveniente contratar pessoas colectivas. -----

----- Deste modo, para além de dever ser cuidadosamente fundamentada a impossibilidade ou inconveniência de, em determinada situação, contratar uma tarefa ou uma avença com pessoa colectiva, a autorização para celebrar excepcionalmente estes contratos com pessoas singulares compete à Câmara Municipal, visto que a responsabilidade pela área financeira é atribuída ao órgão pelo artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

----- Em face de tudo quanto antecede, com o devido respeito e salvo melhor opinião, entendo subsumir-se a presente situação nas excepções previstas na alínea b) do n.º 2 do artigo 35.º da LVRC. (1)-----

----- Mostrando-se, assim fundamentada a possibilidade do executivo municipal deliberar no sentido de celebrar um contrato de prestação de serviço na modalidade de avença com o António Correia Góis (Dr.) por um período de um ano, renovável, quanto a remuneração poderá manter-se como até à presente data, podendo, contudo, ser actualizada. -----

----- (1) As restrições impostas pelo artigo 35.º da LVRC à escolha dos contratantes particulares nesta modalidade de prestação de serviços, podem suscitar questões de inconstitucionalidade, coisa que, nesta sede não nos compete apreciar." -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade celebrar um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença com António Correia Góis (Dr.), pelo período de um ano, renovável e pelo valor anual de 7.200€, a pagar em 12 duodécimos. ----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **6 – CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE MONTEMOR-O-VELHO** -----
----- **– RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 12 DE** -----
----- **OUTUBRO DE 2009 DE RESOLUÇÃO DO PEDIDO DE**-----
----- **DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO DAS** -----
----- **PARCELAS DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DO CAR**-----
----- **– 2.ª FASE – VALA DA COVA** -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação dos serviços, que a seguir se transcreve:-----

----- "Tendo sido deliberado pela Câmara Municipal a 12 de Outubro de 2009 a Resolução de Pedido de Declaração de Utilidade Pública da expropriação das parcelas de terreno para construção do Centro de Alto Rendimento (CAR) – Vala da Cova e simultaneamente o início do procedimento de aquisição dessas mesmas parcelas, por via do direito privado, foi o processo entregue na Direcção Geral Das Autarquias Locais (DGAL) no dia de 18 de Novembro de 2009. -----

----- 1 - Através de Fax remetido pela DGAL em 28/12/2009, foi solicitado a rectificação da deliberação camarária, na parte referente à identificação de alguns dos interessados (parcelas 89, 93, 97, 99, 102, 103, 129, 124, 125, 129 e 136) e respectivas notificações. -----

----- 2 - No mesmo Fax acima referido foi solicitado a identificação da parcela 85, para a qual se refere um lote (1191) que não consta da listagem da DGADR. -----

----- 3 - Foi ainda solicitado a previsão em PDM para as parcelas 87, 88 e 89.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

----- 4 - Foi igualmente solicitado o comprovativo da existência de dotação orçamental e respectiva cativação para o ano de 2010. -----

----- 5 - Foi, também, solicitado o envio em suporte informático, para o correio electrónico da DGAL, de uma planta de localização, em formato A4, para publicação em Diário da República.-----

----- 6 - Finalmente, foi ainda solicitada a programação dos trabalhos com indicação das fases da obra. -----

----- Atento o exposto, impõe-se proceder à Rectificação da referida deliberação de Câmara de 12 de Outubro de 2009 – Resolução do pedido de Declaração de Utilidade Pública da expropriação das parcelas de terreno para construção do CAR – 2.ª Fase – Vala da Cova – propondo-se que a Câmara delibere no sentido de rectificar os seguintes pontos:

----- 1.º Ponto (Quadro modelo DGAL - identificação dos interessados) – De acordo com as rectificações solicitadas o quadro modelo DGAL, que faz parte integrante da deliberação de Câmara acima referida, passará a ser o que faz parte integrante da proposta de rectificação da deliberação de Câmara de 12 de Outubro de 2009 – com as alterações nas parcelas 89, 93, 97, 99, 102, 103, 129, 124, 125, 129 e 136, nomeadamente no que se reporta à identificação dos interessados.-----

----- 2.º Ponto (identificação da parcela 85, para a qual se refere um lote (1191) que não consta da listagem da DGADR) – De acordo com a informação da DGADR, obtida a 18 de Janeiro, concluímos que “numa primeira fase da elaboração deste projecto, o lote n.º 1191 foi criado exclusivamente com terrenos da Reserva de Terras e destinava-se a ser incorporado na exploração de um proprietário do perímetro; este lote tinha a área de 2.475 m2; - posteriormente, o lote em causa foi efectivamente incorporado num lote confinante, atribuído a José Fernandes Vagos (que tinha inicialmente 10.315 m2), passando assim a fazer parte integrante deste; o lote resultante tem a área de 12.790 m2.” -----

----- Assim sendo, o lote n.º 1191 deixou de existir, tendo que se reformular o lote 1192 uma vez que este passou a ter uma área maior e consequentemente a notificação aos interessados terá que ser feita de acordo com estas informações agora obtidas. -----

----- 3.º Ponto (previsão em PDM para as parcelas 87, 88 e 89) - passando o 27.º parágrafo a ter a seguinte redacção: “Para as parcelas de terreno a expropriar existe um único instrumento de gestão territorial válido (o Plano Director Municipal de Montemor-o-Velho). Sendo assim, e de acordo com o representado quer nas plantas gerais quer nas de pormenor a totalidade das 54 parcelas necessárias à obra de desvio da vala da cova insere-se em Espaço Agrícola Tipo I RAN, em mancha de Reserva Agrícola Nacional e do

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

empreendimento agrícola do vale Mondego, e, com excepção das provenientes dos lotes 951, 952 e de parte da parcela oriunda do lote 1196, em mancha de Reserva Ecológica Nacional (zona ameaçada pelas cheias). Estas três parcelas que não são abrangidas por área de Reserva Agrícola Nacional coincidem com o corredor da variante Alfarelos/Montemor-o-Velho das estradas nacionais n.ºs 341 e 347, proposto no PDM, tendo sido excluídas dessa reserva por essa mesma razão. É relevante assinalar que a obra que a obra da variante decorrerá em viaduto sobre os campos do Mondego, pelo que não terá qualquer interferência sobre o sistema de valas de rega e de enxugo do vale.” -----

----- 4.º Ponto (Comprovativo da existência de dotação orçamental e respectiva cativação para o ano de 2010) – Quanto a este ponto, existe já a informação de cabimento bem como a ficha do cabimento para a Aquisição de terrenos do Desvio da vala da cova que comprovam a transferência dos montantes cabimentados em 2009 se transferiram para 2010, que ficará anexa à rectificação da deliberação de Câmara de 12 de Outubro de 2009. -- -----

----- 5.º Ponto (Planta de localização, em formato A4, para publicação em Diário da República) – relativamente a este ponto importa informar que a mesma foi remetida para a DGAL, para o endereço dgal@dgal.pt), aquando da remessa do processo em 18 de Novembro de 2009, contudo será a mesma novamente remetida para o correio electrónico da DGAL agora solicitado, geral@dgal.pt com conhecimento a gvieira@dgal.pt. -----

----- 6.º Ponto (Programação dos trabalhos com indicação das fases da obra) – de acordo com o agora solicitado pela DGAL será remetido uma nova programação dos trabalhos com indicação das fases da obra e reprograma em termos de timing de execução da mesma. -----

----- Importa nesta fase informar que após as notificações executadas nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 10.º do CE e concomitantemente ao pedido de DUP contiguaram as negociações com os particulares para aquisição por via do direito privado das parcelas necessárias. Nessa sequência, e nesta data foram adquiridas por aquela via as seguintes parcelas: 89 (lote 1196); 90 (lote 1041); 94 (lote 1045); 95 (lote 1046); 108 (lote 1060); 109 (lote 1061); 112 (lote 1069); 113 (lote 1070); 114 (lote 1066); 115 (lote 1067); 118 (lote 1062); 119 (lote 1068); 120 (lote 1071 A); 121 (lote 1071); 126 (lote 1165) e 135 (lote 1081). -----

----- Em consequência, propõe-se que a câmara delibere no sentido de que seja feita a comunicação à DGAL com vista a que as mesmas deixem de fazer parte do quadro modelo DGAL por se mostrar desnecessária a expropriação das mesmas. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Fevereiro 01

----- Anexa-se Proposta de Deliberação e documentos anexos à mesma, a ser objecto de deliberação autónoma, para dar cumprimento ao solicitado pela DGAL no âmbito do processo em curso naquela mesma entidade para Resolução do pedido de Declaração de Utilidade Pública da expropriação das parcelas de terreno para construção do CAR – 2.ª Fase – Vala da Cova.” -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria com cinco votos a favor dos Vereadores do PSD e duas abstenções dos Vereadores do PS, rectificar a deliberação de Câmara de 12 de Outubro de 2009 – Resolução do pedido de Declaração de Utilidade Pública da expropriação das parcelas de terreno para construção do CAR – 2.ª Fase – Vala da Cova, de acordo com o atrás mencionado na informação dos serviços e com a proposta de deliberação que consta como documento anexo à presente acta sob o número sete. -----

----- Mais deliberou que seja feita comunicação à DGAL das parcelas adquiridas por via do direito privado, com vista a que as mesmas deixem de fazer parte do quadro modelo DGAL por se mostrar desnecessária a expropriação das mesmas. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram oralmente a declaração de voto de vencido para registo na acta, que se reproduz: “Abstemo-nos quanto à decisão tomada, por não termos participado no procedimento anterior”. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas doze horas e quarenta e cinco minutos, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO,

Filomena Maria Colaço Martins, Dr.ª